Estudos de História Social e Política

LUCIARA SILVEIRA DE ARAGÃO E FROTA

I — HOUVE UMA SOCIEDADE CAMPONESA NO BRASIL IMPÉRIO?

UMA VISÃO GLOBAL

Quando do descobrimento do Brasil, vivia a Europa um período de urgente necessidade de terras para suprir a sua demanda de produtos agrícolas além de matérias primas essenciais ao desenvolvimento de uma indústria incipiente. A chegada dos primeiros colonos, depois das tentativas de exportação de produtos primários encontrados ao longo do litoral, determinou uma maior fixação na atividade agrícola.

Tentou-se naturalmente fixar, no Brasil Colônia, os resquícios ainda existentes do feudalismo europeu, o que daria margem a toda uma literatura posterior sobre a existência ou inexistência do feudalismo no Brasil. Na verdade, o sonho dos colonizadores era não só o enriquecimento rápido mas o pertencer à classe da "aristocracia feudal", mediante a posse das extensas propriedades concedidas pela Coroa. A força de trabalho empregada foi inicialmente a do indígena, motivo maior das querelas entre colonos e jesuítas. Substituido pelo africano importado, que foi em pequeno número contudo, nas zonas típicas de pecuária do Nordeste, onde o algodão era já empregado também para a confecção de panos grossos. Quando revogado o alvará de 1785 proibitivo de atividades de manufatura em nosso país, foi aberto o caminho rumo a uma industrialização incipiente que poderia ocupar, de modo especial, a mão de obra não adaptada ao regime escravista típico da estruturação sócio-econômica do Brasil daquela época (1).

A Independência veio encontrar o Brasil sem modificações significativas em sua atividade econômica característica do início da colonização. Todos os tecidos e objetos manufaturados eram importados da Europa, principalmente da Inglaterra. Enquanto a França exportava para o Brasil artigos de luxo, de Portugal vinha o azeite, bacalhau e boa quantidade de vinho. O Brasil exportava café, algodão, açúcar, couros brutos e fumo. A agricultura seguiu, no Império, os mesmos antigos processos coloniais. Os latifundiários formavam a classe dominante, com interesses coincidentes com os dos negociantes, e as pessoas de profissão liberal tinham reduzida influência nos problemas econômicos, principalmente em torno de disputas de autoridade e prestígio.

No período das entradas e bandeiras se deu a busca de mão de obra para os trabalhos agrícolas e de riquezas minerais para o enriquecimento

---

(1) Sobre o assunto, ver o estudo de Nícia Vilella Luz sobre as tendências brasileiras que se faziam sentir então, quanto aos primórdios de nossa política industrial, quando da vinda da família real portuguesa e quanto as diretrizes fundamentais da política de D. João VI, in separata da Revista de Estudos Brasileiros n.º 5 S.P.: 1969.

rápido (2), não raro fantasioso. 'A medida que progredia o processo de apossamento da terra, iam-se identificando os pontos de maior ou menor consistência da atividade primária economica. O deslocamento da primazia econômica das regioes agrícolas do Norte-Nordeste para o Centro-leste-sul deveu-se à decadencia de lavouras tradicionais como o algodão, cana-de-açúcar, tabaco, concomitantemente ao desenvolvimento da cultura cafeeira, dantes de menor importância, e com o que não poderiam concorrer tais produtos, daí por diante.

Antes, porém, é preciso registrar que, com a abertura dos portos e a emancipação politica do Brasil, as regiões agrícolas mais antigas, do Norte do Maranhão à Bahia, pelo litoral vão ser a alavanca que forneceu apoio ao renascimento agrícola registrado em fins do século XVIII, se bem que os primeiros cinquenta anos do século XIX encontrarão o Centro-Leste-Sul tomando a dianteira. Lembre-se que com a vinda de D. João VI, foi deslocado para o Brasil o cerne do Império português, por força da invasão de Junot, quando a conjuntura internacional de então "favorecia os produtos tropicais de exportação e portanto o patriarcado rural brasileiro alia-se momentaneamente, ao grupo mercantil portugues e tem a ilusão de ter conquistado o poder, ilusão que será desfeita com a Revolução do Porto em 1820 e o retorno de D. João VI a Portugal (3).

O pano de fundo das relações de produção e uma condição que vai enfocar o Brasil rural mergulhado num aviltamento do trabalho braçal face à presença de mão de obra cativa, seja ainda resquícios do índio apresado, seja em função do escravo trazido da África.

Até a mão de obra livre pode ser mais profundamente caracterizada nos vaqueiros das grandes fazendas de gado, se bem que se possa afirmar nunca haver existido no Brasil o caso da "renda-trabalho", sendo mais difundido a forma social de "renda-produto", nas condições de regime de parceria. A "renda-dinheiro", também difundida no Brasil em menores proporções, assinala a transição das relações tradicionais para as relações contratuais na sociedade rural, fenômeno, todavia, muito mais constante a partir dos surtos migratórios de europeus para o sul do Brasil, notadamente a partir do incremento e da ênfase na cultura cafeeira.

A contribuição das relações de produção determinou toda uma sistemática existencial, que aflorou quer nos costumes sociais, quer na caracterização da construção do "habitat" rural brasileiro.

No que tange à estrutura dos costumes rurais brasileiros, no que se refere à atividade produtiva notadamente no Império, foram eles recebidos dos negros e dos índios, com reduzida participação de costumes do "branco colonizador", ainda porque os colonos — antes dos surtos migratórios da época inicial do café — consideravam aviltante o trabalho braçal.

Deve-se admitir que não há propriamente costumes regionais, pois não foram delimitados pelo meio, mas importados e tendo deixado a marca por onde andou o africano.

Ainda podemos ter, ao vivo, os mesmos aspectos da vida agrícola dos primeiros tempos e da fase imperial. O critério dominante para a instauração de casas residenciais deve servir como exemplo. Foram essas casas

---

(2) Ficou aos sucessores dos mineiros como um legado, a parte mais difícil da extração o que provocaria o incentivo a outras atividades como agropecuária e indústria de laticínios. Cf. introdução de Ernani Silva Bruno in O OURO E A MONTANHA vol. 9 Coleção Histórias e paisagem p. 28-29.

(3) Cf. Nácia Vilella Luz op. cit. p. 43.

construídas nas visinhanças das águas, bem como os arraiais, tendo sempre alí próximo o "cercado", para a criação de animais.

De outro ponto, quanto à família, os homens roçavam, queimavam; as mulheres plantavam e ajudavam na capina, as crianças ajudavam a uns e outros. Foi assim entre os índios. E daí até hoje.

DO TRABALHO SERVIL AO TRABALHO LIVRE

O tráfico ofereceu lucro. Lucro compensador, para a colocação de capitais. Esse comércio absorvia quantidades de dinheiro que faziam falta ao país com fontes de produção estacionadas por falta de numerário. Com a supressão do tráfico tentou-se atrair o elemento europeu. O número destes era reduzido, pois o trabalho rural, em virtude de ser exercido por escravos, era considerado aviltante; daí os colonos brancos serem localizados em núcleos independentes, separados das fazendas.

Mais tarde, como êxito relativo, graças aos progressos das idéias abolicionistas, alguns fazendeiros empreenderam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, introduzindo, em 1840, pelo Senador Vergueiro, em Limeira, na sua fazenda, de nome Ibiaçaba. Entre 1847 e 1857, naquela região, colonos alemães, suiços e belgas trabalharam, em sociedade com o proprietário, através de contratos agrários chamados parcerias e comumente conhecidos por "meia", ou seja, a ameiação igualmente dividida entre patrão e empregados. Os resultados iniciais foram bons e São Paulo chegou a contar com setenta colônias desse tipo.

Esse método foi imitado por vários outros fazendeiros, inclusive o Visconde de Indaiatuba que, em 1852, contratou, para a sua fazenda de Sete Quedas, trabalhadores alemães; em Campinas, pelo Barão de Souza Queiróz que fundou as colônias de Santa Bárbara e São Jeronimo, também em Limeira.

A adoção, com certo êxito, desse tipo de trabalho, impressionou, como não poderia deixar de acontecer, alguns fazendeiros, em cujas propriedades o trabalho continuava tendo por base o braço escravo. Acreditou-se, então, ser esse o caminho mais vantajoso, especialmente porque o braço escravo representava elevados investimentos de capital.

Os que defendiam o ponto de vista da ilegitimidade do trabalho passaram a reivindicar do Governo a abolição pura e simples, sem indenizações do proprietário, em todo o território nacional.

O projeto de emancipação imediata de Antonio Prado, se obrigava os libertos a permanecerem nas fazendas por dois anos como assalariados livres. Tinha-se em vista prevenir a desorganização agrária, donde a necessidade de se preparar a transição para o trabalho livre.

A supressão do tráfico foi um grave problema, porque os elementos de produção vinham do trabalho servil, ligado a agricultura. Afastado das fazendas o trabalhador servil, consequentemente haveriam paralizações na produção nacional, e daí à desorganização social seria um passo.

Além disso, a emancipação sem indenizações seria a ruina das fortunas agrícolas sobre as quais se assentava a fortuna pública. Daí, a decadência de Minas e Rio de Janeiro. Os fazendeiros do Vale do Paraíba viram suas fortunas desaparecerem, com a ruina da terra desvalorizada, ante a deserção do trabalhador rural. O oeste de São Paulo e os Estados meridionais foram os únicos a suportar a crise agrícola porque alí se operou a transmissão gradual do trabalho servil para o trabalho livre, dadas as migrações européias.

Os fazendeiros perderam a importância monetária representada pelo trabalhador servil e sofreram, por extensão, depreciação de suas propriedades rurais.

Os libertos aglomeravam-se nas cidades e a lavoura declinava, embora muitos tenham permanecido nas zonas do café e do açúcar onde se estabeleceram em pequenas propriedades doadas pelos antigos senhores, ou adquiridas a prestações mínimas. Grande número desses lotes localizava-se no antigo Distrito Federal e nos arredores urbanos dos antigos centros de produção rural. A importância das pequenas propriedades dos negros foi insignificante, contudo, por ser praticada em doses mínimas, ou seja, pouco mais do que o necessário para a sobrevivência.

Deve-se dizer, todavia, que a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre só foi verdadeiramente efetuada após o advento da República.

UMA PRESENÇA: OS IMIGRANTES

A exemplo do açúcar e dos minérios, ao seu tempo, respectivamente, o café originou a elite do país: o fazendeiro de café. A lavoura cafeeira faz de São Paulo o centro de maior importância do país.

As exportações de café permitem equilibrar a balança externa do Brasil e ainda num nível que dantes não se conhecera. Em certas regiões (e determinadas classes sociais) se deu melhoria no nível de vida dos habitantes.

A modificação da política tarifária (1844) fez com que o Brasil tivesse as rendas públicas crescentes, embora sob protestos ineficazes da Inglaterra, dada a firmeza do Governo Imperial.

A abolição dos escravos foi problema que cedo ou tarde se teria de enfrentar. As correntes imigratórias deveriam ser a solução para o problema da falta de braços na lavoura. Já ao tempo de D. João VI, no Brasil existiam centros coloniais mínimos de imigrantes açorianos, alemães, suiços, no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina.

As migrações européias tiveram uma série de fatores que as prejudicaram e que, em linhas gerais, são os seguintes:

a — o problema religioso, que punha empecilhos a entrada de protestantes;

b — o clima muito quente, ou tido como tal;

c — o regime político da época que, para muitos estudiosos do assunto, cerceava as liberdades vigentes e, inclusive, a própria liberdade civil.

É por volta, aproximadamente de 1850, que o caso da imigração volta a preocupar o país com a interrupção da entrada de escravos. É revisada a política de povoamento, não em termos tradicionais (concedendo lotes pequenos para o cultivo, em grupos independentes), mas fixando o colono em grandes lavouras pelo sistema dito de parceria, e trabalhando na qualidade de subordinado.

Dentro do sistema tradicional, na época em que o açúcar aparecia como concorrente no mercado, André Rebouças, também líder da Abolição, imaginou cooperativas formadas por pequenos plantadores, proprietários de engenhos. Esta inovação foi arvorada como iniciativa para a reforma da propriedade da terra e como um passo para o abolicionismo. Em 1880, o Ministro da Agricultura falava da necessidade econômica e social do desenvolvimento da indústria do açúcar. Os brasileiros achavam que essa modernização resultaria numa economia mais forte e em mudanças sociais. Acreditava-se ser de bom proveito dividir o trabalho entre o plantar e o industrializar a cana-de-açúcar.

Há que se destacar, no conjunto das modificações o papel de Nicolau Campos Vergueiros.

No oeste de São Paulo, onde se fixaram os imigrantes, a proporção de escravos para os trabalhadores livres era insignificante. As fazendas de café, após 1880, contavam quase somente com trabalhadores livres.

Assim, temos que;

Em 1886 a imigração alcança 30.000 indivíduos,
Em 1887, 55.000
Em 1888, 133.000
Em fins do século, mais de cem mil.

Os abolicionistas contaram com os trabalhadores livres para corromper o sistema já decadente.

SOCIEDADES CAMPONESAS

Sociedades camponesas são as que permanecem entre as sociedades primitivas e as sociedades industriais, numa população de muitos milhões de habitantes, nas partes subdesenvolvidas do globo.

O mundo camponês varia de um lugar para outro.

Não existem fórmulas fixas para caracterizá-lo, ou definí-lo. Assim, as sociedades camponesas podem mesmo ser compreendidas como "agregados" amorfos, sem estrutura própria, com população tradicional, conservadora em relação às modernas".

Na caracterização dos tipos de economia camponesa, há o destaque dado pelo economista russo A.V. Chaionov, que nos fala de um tipo especial, cujo fundamento é a economia de família. A sua organização é determinada pelo número e pela composição da família bem como pela coordenação entre as suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho.

Salienta Chaianov (4) que a concepção de lucro na sociedade camponesa é dada pelos elementos componentes e pelos elementos participantes das despesas de produção que não estão nem podem ser comparadas em níveis de significação simbólica a pecuniária de moeda.

Na economia camponesa, o grosso da rend a somente pode ser medido pelo próprio esforço de trabalho, esforço a que não se pode adicionar nem subtrair unidades monetárias, mesmo porque não pode ser estocado.

O principal objetivo da economia camponesa é, desse modo, a posse da terra.

Se se tentar estabelecer padrões gerais e globais de observação, poder-se-á mesmo relacionar com as conceituações estabelecidas por Redfield, ao denominar "culturas de folk" a um tipo de vida ideal, oposta a vida da cidade, que não são primitivas no sentido comum do termo, mas também não são civilizadas no sentido de integração em culturas industriais.

A expressão "cultura de folk" tem sido usada por Redfield e seguidores, assim como se usa sem discriminação, para designar culturas não primitivas mas relativamente simples que estão sendo modificadas rapidamente ao contato com a civilização industrial.

Redfield considera que as "culturas de folk" (5) são pequenas e isoladas, sendo que os grupos que as constituem são quase que auto-suficientes

---

(4) Alexandre V. Chaianov in **THE SOCIO-ECONOMIC NATURE OF PEASANT FORM ECONOMY: a Systematic Source in Rural Sociology de Sorokin. Galpin e Zimmerman** p. **man** p. 144-145

(5) Terminologia adotada por Robert Redfield in **PEASANT SOCIE TY AND CULTURE**

e homogêneos no que se refere a costumes e raças. A tecnologia empregada pelas sociedades de folk é simples e a divisão do trabalho insignificante, sendo que a família desempenha um grande papel nas instituições sectárias, com acentuado grau e nível de religiosidade. Em função disso o seu ritual e altamente desenvolvido. A sanção social governa não apenas o relacionamento social mas também a conduta individual e particularizada, com cunho predominantemente sagrado. As relações são diretas e os hábitos pautados por costumes pré-estabelecidos. Disso tudo resulta uma sociedade relativamente imóvel, e quando as mutações se registram, são lentas.

Há um continuo dilema-problema ao longo da vida do camponês. É contrabalançar exigencias do mundo exterior em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às exigências de sobrevivência da família. Nesse conflito, muito raramente decisório de sua parte, só lhe resta adotar duas posições: aumentar a sua produção ou reduzir o seu consumo.

Na primeira estratégia, deverá multiplicar os rendimentos de trabalho às suas próprias custas, tendo em vista elevar a somática de sua produção e os índices de produtividade com que ingressará no mercado. A restrição de consumo — de um consumo já reduzido — poderá ocorrer com a fixação de suas necessidades básicas a um nível mínimo de subsistência, inclusive em alimentação.

De qualquer modo, são tentativas de equilibrar o orçamento doméstico, razão pela qual o camponês teme o "novo", vendo nele um tipo de "tentação", que poderá abalar este já precário equilíbrio.

É assim que oferece resistência à fatoração dos eventos sociais ou mesmo das modificações nos hábitos de produção com a utilização de um instrumental que conduza à elevação dos índices de produtividade por ele desejada, e, em função disso, dispensar e alargar as perspectivas com relação aos graus e níveis de consumo.

Embora opostas, as duas estratégias — reduzir o consumo ou aumentar o total de produção — que são oferecidas ao camponês não se excluem mutuamente, sendo que a prevalência de uma ou de outra depende do contexto social em que ele vive e onde deve extrair os seus meios de subsistência.

UM ENFOQUE: MODELO DE SOCIEDADE CAMPONESA E O BRASIL IMPÉRIO

Temos visto que as sociedades camponesas são sociedades que ficam entre as sociedades primitivas e as sociedades industriais, ou antes sociedades pre-industriais, localizadas em certas regiões e hoje convencionalmente denominadas sociedades subdesenvolvidas.

Isso não acontece ao longo do processo histórico do Brasil Império, onde, se não havia uma caracterização pura de predomínio da atividade agrícola, as residuais de uma incipiente industrialização não motivaram o suficiente para promover o processo acelerado de urbanização, acontecimento que o Brasil via nascer já em fins da primeira metade do século XX.

Efetivamente, dados existem que poderiam levar aos menos-avisados o concluir pela existência de sociedades camponesas no Brasil Império. Assim haveria sociedades camponesas sem predomínio de uma economia com base de família. A prática de "troca econômica", realizada em setores em que a economia não se desenvolverá nem alcançará os limites monetários, dava-se mediante o escambo, com a transformação realizada à medida que se amiudavam, se tornavam mais frequentes as "visitas" dos chamados caixeiros-viajantes.

Se, numa economia camponesa o principal objetivo é a posse da terra, essa caracterização ainda hoje perdura, no Brasil rural, e muito mais acentuadamente se verificava no Império, resquícios ainda das grandes fazendas de gado especialmente ao longo do rio São Francisco e nos chamados "currais" do atual Estado do Piauí.

A posse da terra não apenas era imprescindível, mas fundamental à subsistência e à sobrevivência, e também, como ainda hoje em algumas regiões do Brasil, correspondia a posse de "status" do prestígio, poder e riqueza na escala social.

De outro ponto, como conceitua Redfield, se as "culturas de folk" são pequenas e isoladas, em razão mesmo de espaços demográficos ausentes, os chamados claros de povoação, o Brasil obteve não apenas no Império, mas ainda recentemente esse isolacionismo, mercê do processo verificado em nosso povoamento.

Isoladas, essas sociedades teriam, forçosamente, que chegarem a uma auto-gestão, não apenas no sentido comunitário de liderança, mas também, na produção de bens e serviços considerados indispensáveis a sua manutenção social e individual.

Ainda dentro do comentário às especificações de Redfield quanto à simplicidade de sua tecnologia, tal fato, ocorrendo no Brasil Império, foi determinado não só pela resistência à mudança mas também pela inexistência de capital e poupança suficiente para aquisição de bens de produção capazes de modificar essa significância tecnológica. Sendo simples a tecnologia, baseada quase que totalmente na mão de obra braçal, tendo como matéria prima as diversas madeiras, e, quando muito, a força hidráulica a consequência seria insignificante divisão de trabalho. Todos faziam tudo. Se ficavam para os homens os trabalhos mais árduos, na ausência deles, ou, para a sua complementariedade, as mulheres não ficavam excluídas dessa probabilidade. Nem mesmo as crianças, até onde o suporte de suas forças físicas pudesse. Como é natural, não sendo uma sociedade senão um pouco mais evoluída do que a primitiva, não poderia contar com a divisão do trabalho, inicial processo industrializante, na diversificação das atividades produtivas. Se isoladas, com homogeneidade de raças e costumes, está claro que isso provocaria um formidável papel condutor nas relações e nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos sob pena de se sujeitar às sanções "folk" do grupo.

De outro ponto, a efetivação dicotomica entre reduzir consumo ou aumento e o agregado de produção para manter o orçamento familiar em equilíbrio, não se apresenta como opção das mais agradáveis. Isso porque, de um lado, reduzir consumo significa reduzir condições de saúde ou de motivação no ambiente social, e, de outro, aumentar a produção com os mesmos fatores quantificados em terra e recursos operacionais significa aumentar o total de mão de obra ou o total de horas dedicadas às tarefas produtivas.

Na elevação do número de mãos aptas ao trabalho, ter-se-ia que angariar nova mão de obra na família (mulheres e crianças já trabalhando) sob salários ou recompensas em mercadorias, fato que não pode ser levantado, e um aumento no total de horas de trabalho significaria integração quase que completa de trabalho, considerando-se que, o lazer segundo a conceituação ocidental moderna, praticamente era desconhecido nas sociedades rurais brasileiras do Império.

CONCLUSÕES

No Brasil Império não houve nenhuma precisamente definida forma de sociedade camponesa. O relato das condições existentes no Brasil Império

e o levantamento das especificações e características de apresentação fenomenológica das sociedades camponesas nos levam a essa conclusão.

Para que se admitisse a presença de sociedades camponesas no Brasil Império teria sido preciso que os camponeses se apresentassem como na classe dominante, ou, pelo menos, prevalecessem em termos demográficos, de acordo com a própria conotação da nomenclatura autorizada.

Com base na conceituação adotada, não existe sociedade camponesa no Brasil, hoje, como não existiu no Brasil Império, mesmo a que se verificou, por exemplo, na Europa Medieval, com o pequeno proprietário rural.

O fundamental para a existência de sociedade camponesa no Brasil seria a pequena propriedade, fato não acontecido. O que se deu foi a ocorrência de trabalhadores rurais que não tinham o instrumento de trabalho, nem acesso à terra.

Alguns tipos específicos de associações, formalizadas, de trabalhadores rurais, notadamente no Nordeste, tiveram apenas feição política e, ainda assim, mesmo muito heterogênea, considerando-se, além disso, que as sociedades camponesas não excluem os núcleos urbanos.

O mais que se poderia afirmar, é que existiram e existem algumas cidades - feiras no Brasil, onde se realizam as trocas econômicas e sociais. Como trocas distantes não dão impulso à economia dinâmica, os contatos de modelos individualistas conseguiram sobreviver.

BIBLIOGRAFIA

CHAIANOV, Alexander V — "THE SOCIO-ECONOMIC NATURE OF PEASANT FARM ECONOMY; A SySTEMATIC SOURCE IN RURAL SOCIOLOGy DE SOROKIN, GALPIN E ZIMMERMAN"
Minneapolis — The University of Minnesota Press — 1931

REDFIELD, Robert — "PEASANT SOCIETY AND CULTURE"
Chicago — The University of Chicago Press — 1956

WALF, Erin R — "SOCIEDADES CAMPONESAS"
Rio de Janeiro — Zahar Editores — 1970

FOSTER, George M — "QUE É CULTURA DE FOLK"
American Antropologist — 1953

FURTADO, Celso — "FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL"
Ed. Fundo de Cultura — 4a. Edição — 1961

PRADO JÚNIOR, Caio — "FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO"
São Paulo — Livraria Martins Editora — 1942

PRADO JÚNIOR, Caio — "HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL"
5a. Edição — São Paulo — Editora Brasiliense — 1959

HOLANDA, Sérgio Buarque de — "RAIZES DO BRASIL"
5a. Edição — Rio de Janeiro — José Olímpio Editora — 1969

O'CONNEL, James — "BRITAIN AND THE ENSET OF MODERNIZATION IN BRAZIL"
1850-1914 — Cambridge — At the University — Press — 1967

MENESES, Antonio Beíerra de — "NOTAS DE VIAGEM" (PARTE DO NORTE)
Fortaleza Tipografia Econômica — 1888

II — REFLEXÃO ANALÍTICA DOS ANTECEDENTES DA REPÚBLICA BRASILEIRA NO CONTEXTO SUL AMERICANO

A diversidade de origem do Brasil e demais países sul americanos não deixou de marcar as sociedades que aqui e ali se formaram. O paralelo das semelhanças e diferenças entre as nações que compõem o hemisfério americano torna um possível melhor conhecimento da sua história e, ainda, uma compreensão do grau de sua resistência na tentativa de importação de modelos, principalmente quanto aos países da América espanhola.

A forma monárquica de governo adotada pelo Brasil, diferindo do das repúblicas implantadas, pode ser um dos indicadores da oposição entre a então nossa forma de governo e o modelo americano, que, noutras palavras, foi como um traço comum às Instituições Políticas adequadas às sociedades do hemisfério. O século XIX demonstrou a divergência entre a monarquia brasileira e o modelo americano, de colonização espanhola, o que não ficará evidenciado quando dos movimentos de emancipação continental.

O móvel principal desta emancipação era a sonhada igualdade de condições com a Espanha. A minoria Republicana era suplantada por arraigado sentimento monárquico. Mesmo San Martin e O'Higgins foram a favor de um regime monárquico com soberano europeu. Apressadamente, poder-se-ia julgá-los monarquistas; contudo, tiveram visão de unificadores, que viram no sistema monárquico do qual o Brasil era exemplo um meio de evitar a desagregação sócio-política. Bolívar foi a exceção no compreender que o que convinha ao Brasil não convinha necessariamente aos demais países da América. As influências da época, marcadamente a inglêsa, fizeram deste líder, como dos demais, um adepto do constitucionalismo inglês. Os colonos inglêses nos Estados Unidos adotaram o presidencialismo mas conservaram da mãe Inglaterra os princípios de um executivo forte, que fora atacado pelos revolucionários Mirabeau e Brissot, o que não se estranha, visto a Convenção Nacional representar o princípio de uma assembléia única quando da Revolução francesa. Este princípio, aliás, teve a rejeiço americana, bem como as idéias de aristocracia e hereditariedade vitalícia de governo, que eram vistas como causa de um despotismo que se necessitava sufocar. No caso brasileiro também se procurou impedir a formação da chamada nobreza hereditária. A visão da América, como terra aberta e livre, onde se plasmaria uma nova sociedade, foi um denominador comum entre os homens que fizeram a independência das Américas e constituiram a república norte-americana.

Essa visão, que era também européia, foi sustentáculo da união nacional e fundamentou princípios teóricos de solidariedade, mais tarde expressas na doutrina de Monroe: "A América para os AMERICANOS."

Dos regionalismos brotaram os movimentos federalistas, numa mistura de causas históricas, sociais e geográficas.

O paternalismo oligárquico, que era marcante na sociedade americana, viria opor-se à tentativa de centralização dos governos fortes. Até nos Estados Unidos não existia sociedade igualitária, não obstante as melhores oportunidades para estabelecimento dos mesmos níveis sociais e do amadurecimento político. Quando colônia britânica, haveria limitação de sufrágios e na área litorânea os colonos que formavam ufa certa oligarquia embora minoritários, tinham a predominância sobre os pequenos e médios proprietários rurais. Deste federalismo em que se driblaram as noções de soberania popular, brotou a idéia transmitida, depois, aos republicanos no Brasil, de que no estado federativo há "Soberania federal e soberania

dos Estados" (1). Em resumo, fora falha a idéia de dinastias em outros países sul-americanos, mas precauções foram tomadas contra o despotismo do qual poderia ser foco a continuidade de uma nobreza hereditária. Nada fundamentalmente a opor-se quanto à tentativa de regimes monárquicos na época. A característica do Império levaria consigo as tendências federalistas de então; estas, sim, demonstrariam tomando o Brasil como molde, a impraticabilidade de sua aplicação noutros locais das Américas.

No caso brasileiro, a transferência da corte portuguesa, a presença do Príncipe Regente, representante legal da linhagem dos Braganças era garantia da continuidade, ameaçada pela política das cortes portuguesas e pelas dissidências internas. As bases institucionais do 1.º Reinado sintetizam o pensamento político do patriarca da Independência. Neste período, temos os conflitos internos, em forma de ameaças absolutistas; após a abdicação e no período regencial já emergem as idéias federalistas: — "O que todos e cada uma das Províncias pretende é que este governo entende unicamente dos interesses que são comuns a todos ou alguns das nossas Províncias, abstendo-se de intervir no que só são peculiares a esta ou aquela" (2).

Na América espanhola e nos Estados Unidos, diversamente do Brasil, o federalismo não estivera apoiado no regionalismo: o localismo, o municipalismo predominava em nosso caso, sobre os regionalismos e o federalismo. No séc. XIX, interesses de ordem regional ou provincial começaram a desenvolver-se mormente no Centro-Sul, e visto o Rio Grande do Sul como elemento à parte. Os liberais tentavam conciliar a descentralização administrativa; embora o país procurasse o caminho da soberania das províncias, o federalismo tomava vulto.

Rosas atribuiu ao Brasil intenções de tornar monárquicas as outras repúblicas da América; certos grupos americanos internados na Amazônia, denunciavam a ameaça que eram as instituições monárquicas para o hemisfério americano. (3)

A monarquia brasileira teve reflexos negativos nas nossas relações internacionais, mas foi uma resultante do nosso desejo de conservação de unidade na integração nacional. A abolição, que destruira o cimo da pirâmide social, e o federalismo, representante dos interesses das diversas regiões que compunham o país, foram as principais causas da República.

---

(1) Campo Sales, Discursos, I, na propaganda, R. J. — Campo Sales, 1902 pág. 163

(2) Cf. Mario Behring, **Anais da Biblioteca Nacional** do R. J. V. XLIII — IV, 1931, XXXII.

(3) Philo White, representante americano no Equador em 1854 in Nícia Villela Luz, separata Anais do Museu Paulista — tomo XIX.

BIBLIOGRAFIA

Behring, Mário — **"ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL"**
Rio de Janeiro — Volume XLIII — IV — 1931

Luz Nícia Villela — **"SEPARATA DOS ANAIS DO MUSEU PAULISTA"**
Tomo XIX — São Paulo — 1965

Rodrigues, José Honório — **"A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823"**
Petrópolis — Vozes — 1974

Rodrigues, José Honório — **"CONCILIAÇÃO E REFORMA NO BRASIL — UM DESAFIO HISTÓRICO-CULTURAL"**
Brasília — Senado Federal — 1972

Sales, Campos — **"DISCURSOS I, NA PROPAGANDA"**
Rio de Janeiro — 1902

Sodré, Nelson Werneck — **"PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO"**
São Paulo — Editora Nacional — 1939

Souza, Octávio Tarquino de — **"A MENTALIDADE DA CONSTITUINTE"**
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro — Segundo Congresso de História Nacional — 1931 — Volume 1, Rio de Janeiro — 1934.